

EDITORIAL

O novo cenário da economia brasileira

Nas últimas semanas, as expectativas dos mercados em relação ao Brasil mudaram de forma acentuada. Ao contrário do ambiente que prevaleceu no segundo semestre do ano passado — caracterizado por exagerado temor e catastrofismo —, o cenário atual espelha um grau de confiança no País inimaginável nos dias posteriores à mudança de governo. Para surpresa de muitos, o governo Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou capacidade para reconhecer e manter os fundamentos de política macroeconômica, sem apelo ao populismo e a medidas voluntaristas e experimentalistas.

A sinalização de que ventos favoráveis sopram em direção ao Brasil começa pela facilidade com que empresas nacionais, financeiras ou não, têm encontrado para captação de recursos no mercado internacional. Ao contrário do que se temia, a guerra no Iraque não impediu a retomada dos financiamentos externos. Nos onze primeiros dias do conflito, investidores estrangeiros compraram US\$ 698 milhões em títulos emitidos por empresas brasileiras e o

total acumulado até o final de março situava-se em torno de US\$ 1 bilhão. Outro dado relevante é que o custo para os emissores brasileiros vem caindo, como reflexo do aquecimento da demanda por esses papéis.

No rastro dessa retomada do crédito externo, e de uma grande procura por títulos da dívida soberana, o risco Brasil rompeu terça-feira a barreira dos 1.000 pontos-básicos, para 991 pontos, pela primeira vez desde 31 de maio do ano passado. Ontem, caiu ainda mais, para 967 pontos.

O título mais negociado da dívida brasileira, o C-Bond, fechou ontem em 0,87% do valor de face, com alta de 0,75%. Queda do risco-país e aumento da procura por títulos da dívida externa favorecem novas emissões de bônus soberanos, se o governo o desejar.

A maior disponibilidade de recursos externos, que tem pressionado para baixo a cotação do dólar, também se

deve à excelente performance das exportações brasileiras, tanto de produtos primários quanto de manufaturados. No acumulado do primeiro trimestre, o superávit comercial atingiu US\$ 3,8 bilhões, em comparação com US\$ 1,028 bilhão em idêntico período do ano passado. Esse resultado demonstra que a previsão de um saldo positivo de US\$ 16,5 bilhões neste ano é realista.

No campo da política fiscal, o governo vem conseguindo cumprir, com relativa folga, a meta acordada com o Fundo Monetário Internacional

(FMI) para o superávit fiscal primário, que no final de fevereiro já superava o patamar estabelecido para todo o primeiro trimestre.

Outro fator positivo é o comportamento dos índices de preços. Para conter uma possível escalada inflacionária, a autoridade monetária elevou a taxa básica de juros (Selic) para 26,5%. Contudo, a inflação dá sinais

de arrefecimento. O Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), fechou o mês de março com alta de 1,53%, depois de bater em 2,33% em janeiro e em 2,28% em fevereiro. O resultado de março ainda ficou muito acima de 0,09% registrado no mesmo mês de 2002, mas já mostra desaceleração.

As projeções para outros índices, cujos resultados ainda não foram divulgados oficialmente, confirmam que a inflação é declinante. Por exemplo, a Fipe projetou variação de 0,78% para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SP), que em fevereiro havia subido 1,61%. Para o IPCA, a projeção do IBGE é de 0,90% em março, em comparação com 1,57% no mês anterior.

Esse quadro favorável também muda a percepção do mercado em relação à política de juros. Pelo menos há quem aposte numa possível redução da Selic, como foi sinalizado ontem na Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F), onde o contrato de juros para julho fechou

em 26,37%, abaixo, portanto, da taxa básica de 26,5%. Para julho de 2004, a taxa fechou em 26,44%.

A volta dos investidores estrangeiros à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) é outro indicador positivo. No mês passado, as aplicações líquidas desses investidores somaram R\$ 460,377 milhões. Essa cifra elevou para R\$ 1,067 bilhão o saldo líquido dos recursos externos investidos na Bovespa no primeiro trimestre, ante R\$ 453 milhões em idêntico período de 2002.

Credibilidade do governo, combinada com as propostas de reformas estruturais e de autonomia do Banco Central, cria condições propícias à atração de investimentos diretos nos setores produtivos. Além do mais, o Brasil não tem conflitos étnicos ou religiosos internos nem disputas fronteiriças. A violência que hoje impera nos grandes centros urbanos pode e será debelada sem o recurso a procedimentos ilegais.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:
www.gazetamercantil.com.br/editorial